

RELATÓRIO GERENCIAL

ANÁLISE DO
SEGUNDO
QUADRIMESTRE
DE 2019

Wagner Pinto de Souza
Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais

Apresentação



► APRESENTAÇÃO

A Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) é responsável pela apuração de crimes e contravenções, por meio da investigação criminal cientificamente aplicada, e o exercício da Polícia Judiciária para o esclarecimento de autoria, materialidade, motivo e circunstância, bem como a identificação civil e criminal, o registro e licenciamento de veículos, a formação e o controle de condutores, objetivando a segurança pública, a promoção de direitos e o fortalecimento da democracia.

A missão da PCMG é realizar a investigação criminal de forma eficiente e eficaz, impactando na redução da criminalidade, integrando a gestão coletiva da segurança pública e justiça criminal.

A instituição busca, ainda, ser reconhecida, por sociedade e governos, pela excelência na investigação criminal, no exercício das funções de Polícia Judiciária e como órgão essencial à construção das políticas de segurança pública, atuando na repressão qualificada e na mediação de conflitos, visando à garantia da efetividade dos direitos fundamentais, à disciplina como princípio e sustentáculo do autocontrole profissional, à hierarquia como instrumento de gestão e controle disciplinar, à excelência no atendimento ao cidadão, à ética nas relações internas e externas, à valorização e qualificação profissional e à unidade institucional.

Para tanto, a PCMG conta com 19 Departamentos de Polícia, 74 Delegacias Regionais, mais de 400 Delegacias de Polícia (territoriais) e 7 Departamentos de Polícia Especializados com atuação em todo o Estado. Possui as carreiras policiais de Delegado de Polícia, Investigador de Polícia, Escrivão de Polícia, Perito Criminal e Médico Legista, e as administrativas de Auxiliar, Técnico Assistente e Analista, totalizando 19.221 servidores.

A PCMG promove atendimento aos mais de 21 milhões de cidadãos nos 853 municípios do estado e investe esforços no combate aos crimes violentos, à corrupção, à violência doméstica, às práticas lesivas ao meio ambiente, buscando a implementação de uma gestão qualificada e eficiente da instituição.

Em 2019, visando à maior proteção e inclusão de vulneráveis, foi criado em Minas Gerais o Núcleo de Investigação de Femicídio no Departamento Estadual de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e foram inauguradas novas sedes: da Divisão Especializada em Atendimento à Mulher, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência e a Vítimas de Intolerância (DEMID); da Divisão Especializada em Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente (DOPCAD) e também do Departamento Estadual de Investigação, Orientação e Proteção à Família (DEFAM), além de implementadas ações de capacitação de servidores para o atendimento da vítima de violência doméstica.

Em 29 de agosto de 2019, foi instituída a Delegacia Especializada de Combate à Corrupção, com atuação em todo o Estado, seguindo orientação da estratégia do governo federal e estadual, priorizando a prevenção e o combate sistêmico à prática de improbidade administrativa e de corrupção em Minas Gerais.

Em 2019, a PCMG instaurou 246.855 Procedimentos Policiais (AAFAI, APFD, APFD/AAPFAI, BOC, IP, PAAI, TCO, EAMP) e concluiu 220.084 Procedimentos Policiais, priorizando as investigações qualificadas relativas aos crimes violentos, especialmente os homicídios tentados e consumados.

Conforme já mencionado, a PCMG tem buscado combater, com ferramentas tecnológicas e inteligência aplicada, os graves crimes que assolam a sociedade mineira. Dessa feita, em 2019 já foram efetuadas mais de 800 operações qualificadas de combate à organização criminosa, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, crimes violentos e tráfico de drogas, sendo algumas noticiadas a nível nacional elevando o nome do Governo de Minas Gerais no quesito combate à criminalidade. Em decorrência do desastre ambiental de Brumadinho, a PCMG vem atuando com eficiência no atendimento às vítimas e familiares, realizando resgate de pessoas e animais, bem como na identificação de 250 vítimas fatais, expedição de mais de 700 carteiras de identidade, instauração de inquéritos policiais e na realização de prisões para apuração da causa do rompimento da barragem e das mortes, dos crimes ambientais, estelionatos e falsificações.

O presente “Relatório Gerencial” Delegado de Polícia tem por finalidade registrar as principais entregas realizadas pela Polícia Civil de Minas Gerais - PCMG, com foco no segundo quadrimestre de 2019, bem como os desafios enfrentados, as oportunidades e perspectivas que se apresentam:

- Ações Realizadas pela PCMG
- Desafios/Oportunidades (Temáticas enfatizadas pela ALMG)
- Perspectivas

Ações realizadas pela PCMG



▶ PESSOAL

A Polícia Civil de Minas Gerais possui um total de 19.221 servidores. No segundo quadrimestre de 2019 foram nomeados 590 servidores, sendo 79 para carreira de Delegado de Polícia, 392 para carreira de Investigador de Polícia e 119 para carreira de Escrivão de Polícia.

Os 79 servidores da carreira de Delegado de Polícia encontram-se em formação na Academia de Polícia Civil, sendo prevista sua designação para 18 de outubro de 2019. Também há, atualmente, 387 servidores da carreira de Investigador de Polícia civil em formação na Acadepol. O curso de formação para os 119 Escrivães de Polícia recém nomeados terá início em 8 de outubro de 2019.



Figura 1 - Concursos em andamento

A despeito dos esforços empreendidos para recomposição do quadro de pessoal da PCMG, os dados demonstram que a instituição ainda possui um déficit geral de 39,64% da sua força de trabalho.

Gráfico 1 – Quadro de Efetivo (Carreiras Policiais)

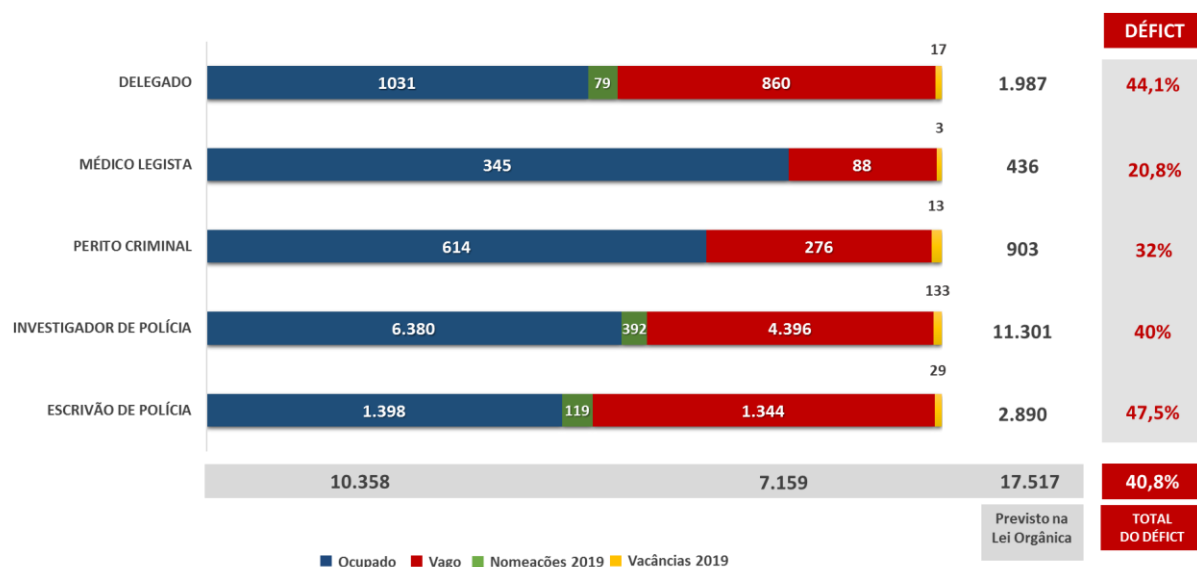
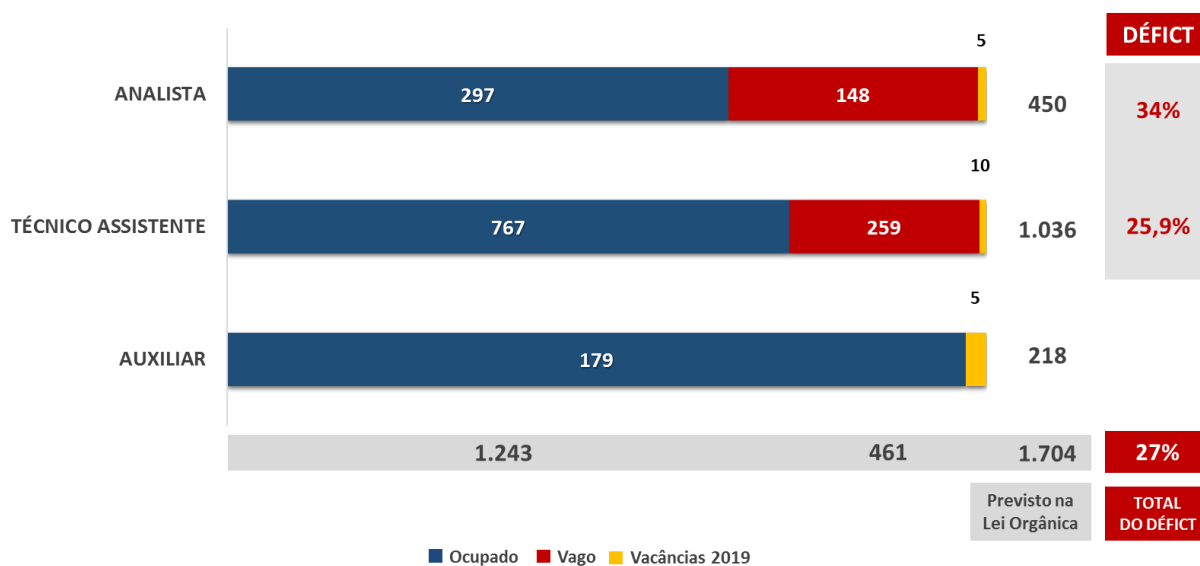


Gráfico 2 – Quadro de Efetivo (Carreiras Administrativas)



Quando comparados os dados atuais de vacâncias e a previsão dos cargos de acordo com a Lei Complementar nº 129 (Lei Orgânica da PCMG), confirma-se o déficit de 47,3% de Delegados de Polícia, 20,2% de Médicos Legistas, 31,5% de Peritos Criminais, 42,6% de Investigadores de Polícia, 51,1% de Escrivães de Polícia. No que diz respeito às carreiras administrativas, há também o déficit de 32,88% relativo à carreira de Analista e de 25,38% de Técnicos Assistentes.

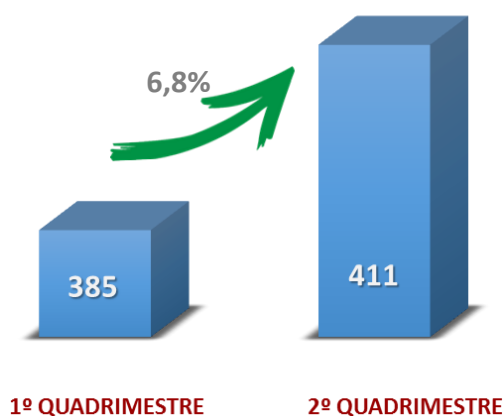
Para superação total do déficit e, portanto, cumprimento das determinações da Lei Complementar nº 129 (Lei Orgânica da PCMG), é preciso viabilizar, ainda, a nomeação de mais 877 Delegados de Polícia, 91 Médicos Legistas, 289 Peritos Criminais, 4.529

Investigadores de Polícia, 1.373 Escrivães de Polícia, 153 Analistas e 269 Técnicos Assistentes.

► OPERAÇÕES

A PCMG, na atual gestão, prioriza a realização da investigação criminal qualificada, buscando reprimir, de forma especial, o crime violento, o tráfico de drogas e as organizações criminosas. No segundo quadrimestre de 2019 a Polícia Civil realizou 411 operações policiais, perfazendo um aumento de 6,8% em relação ao primeiro quadrimestre, no qual foram realizadas 385 operações.

Gráfico 3 - Operações Policiais realizadas em 2019



As operações realizadas constituem-se como estratégias fundamentais para o combate à criminalidade em Minas Gerais, havendo a prisão de criminosos, a desarticulação de organizações criminosas e a apreensão de grandes quantidades de drogas e armas, contribuindo para a diminuição dos índices gerais de criminalidade no Estado.

Em especial, destacam-se as seguintes operações:

Operação “Paieiro”, realizada em junho/2019, na qual a Polícia Civil, em ação conjunta com a Receita Federal e o Ministério Público, apurou esquema de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro, envolvendo o grupo atuante no mercado de fabricação de cigarros de palha. Foram apreendidos documentos, cigarros e cerca de R\$ 1 milhão em espécie, além de duas armas e munições.

Operação “Papel de Família”, realizada em julho/2019, na qual a Polícia Civil, em ação conjunta com o Ministério Público, a Secretaria de Estado de Fazenda e a Advocacia Geral do Estado, investigou o maior crime tributário da história de Juiz de Fora, pelo qual foram sonegados R\$ 800.000,00.

Operação “Pirâmide”, realizada em agosto/2019, pela qual a PCMG desmantelou esquema milionário de pirâmide financeira em Minas Gerais, gerando a apreensão de dois indivíduos, um revólver, uma pistola e munições.

Operação “Cavalo de Tróia”, realizada em agosto/2019, na qual a Polícia Civil, em ação conjunta com a Polícia Militar, o Ministério Público, o Poder Judiciário e o Sistema Prisional, desarticulou organização criminosa e prendeu 30 pessoas em Ubá, dentre as quais 21 por prisão preventiva, 5 por mandado de internação e 4 em flagrante. Houve, ainda, a apreensão de grande quantidade cocaína e maconha, além do montante de R\$ 8.496 e de 2 celulares.

Operação Policial em Sabará, realizada em setembro/2019, pela qual houve a apreensão de toneladas de material explosivo que foram roubados de caminhão em Sabará. Foram apreendidas 136 caixas de material explosivos de demolição, totalizando 3.128 quilos de artefatos.

■ BRUMADINHO

A Polícia Civil de Minas Gerais, em 2019, despendeu esforços sem medidas para minimizar os danos causados com a tragédia de Brumadinho. Por meio de técnicas periciais e do empenho dos policiais civis, já se obteve-se a identificação de 93% do total de 270 pessoas desaparecidos. Até o momento foram identificadas pela PCMG 250 das vítimas.

Gráfico 4 – Identificação de vítimas da tragédia de Brumadinho



▶ PRODUTIVIDADE

A PCMG possui, como principal produto da investigação de crimes, o Inquérito Policial. Apresenta-se a análise dos procedimentos policiais extraídos do Sistema Informatizado de Procedimentos da PCMG – PCNet - no período de maio a agosto de 2019.

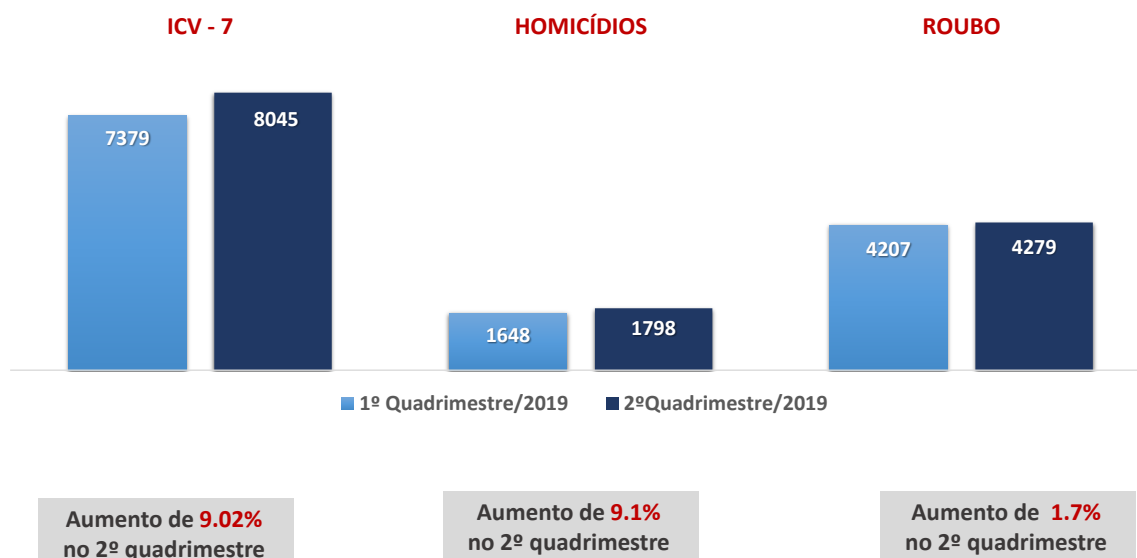
■ INQUÉRITOS DE CRIMES VIOLENTOS (ICV-7)

Foram instaurados, no segundo quadrimestre de 2019, em todo o estado, 9.528 Inquéritos Policiais para apurar os delitos contidos no ICV-7, ou seja, uma taxa de 43,93% em relação ao quantitativo de registros de ocorrências, ao passo que, no mesmo período do ano de 2018 (segundo quadrimestre), esse percentual foi de 37,50%. Quando comparados os 8 primeiros meses de 2019 a taxa é de 42,05% e, em 2018, essa taxa é de 35,09%, o que indica aumento da produtividade em 2019.

No segundo quadrimestre de 2019 (maio/junho/julho/agosto) foram concluídos 8.045 Inquéritos Policiais, dos quais 5.262 com indiciamento (presunção de elucidação). No mesmo período de 2018 foram 7.739 inquéritos concluídos, dos quais 5.302 com indiciamento. Também em relação a esse quesito houve evolução na produtividade.

No segundo quadrimestre de 2019 (maio/junho/julho/agosto) a taxa de inquéritos policiais com indiciamento (presunção de fato elucidado) é de 65,41% em relação ao quantitativo de inquéritos concluídos no período e de 55,23% em relação à quantidade de inquéritos instaurados no período. Novamente em 2019 houve evolução na produtividade.

Gráfico 5 - Inquéritos Concluídos



AUMENTO do número de inquéritos policiais concluídos: 8.045 no segundo quadrimestre de 2019, contra 7.739 no segundo quadrimestre de 2018 (ou seja, + 3,95%).

■ INQUÉRITOS DE HOMICÍDIOS TENTADOS E CONSUMADOS

No segundo quadrimestre de 2019 foram instaurados, em todo o estado, 2.355 Inquéritos Policiais para apurar os delitos de homicídios, ou seja, um número SUPERIOR a 43,95% em relação ao quantitativo de registros de ocorrências, ao passo que no mesmo período do ano de 2018 (segundo quadrimestre) esse percentual foi de 30,35%. Quando comparados os 8 primeiros meses de 2019 a taxa é de 47,15% e em 2018 essa taxa é de 25,83%, portanto, houve uma evolução percentual.

No que diz respeito aos procedimentos com indiciamento, no segundo quadrimestre de 2019 foram concluídos 1.798 inquéritos e 1.225 procedimentos com indiciamento (presunção de elucidação). No mesmo período de 2018 foram 1.655 inquéritos concluídos, dos quais 1.215 com indiciamento, demonstrando a evolução na produtividade.

■ INQUÉRITOS DE ROUBOS TENTADOS E CONSUMADOS

No segundo quadrimestre de 2019 (maio/junho/julho/agosto) foram concluídos 4.279 inquéritos e 2.536 procedimentos com indiciamento (presunção de elucidação). No mesmo período de 2018 foram 4.481 inquéritos concluídos, dos quais 2.777 com indiciamento.

No segundo quadrimestre de 2019 (maio/junho/julho/agosto) a taxa de inquéritos policiais com indiciamento (presunção de fato elucidado) é de 59,27% em relação ao quantitativo de inquéritos concluídos no período e de 53,17% em relação a quantidade de inquéritos instaurados no período.

■ INQUÉRITOS DE EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO (CONSUMADOS + TENTADOS)

Foram instaurados, no segundo quadrimestre de 2019, em todo o estado 23 Inquéritos Policiais para apurar os delitos de extorsão mediante sequestro, ou seja, uma taxa de 85,19% em relação ao quantitativo de registros de ocorrências, ao passo que no mesmo período do ano de 2018 (segundo quadrimestre) esse percentual foi de 88,89%. Quando comparados os oito primeiros meses do ano, em 2019 a taxa é de 82,22% e em 2018 essa taxa é de 62,22%, portanto, houve uma evolução percentual.

No segundo quadrimestre de 2019 (maio/junho/julho/agosto) foram concluídos 17 inquéritos e 12 procedimentos com indiciamento (presunção de elucidação). No mesmo período de 2018 foram 12 inquéritos concluídos e 10 procedimentos com indiciamento.

No segundo quadrimestre de 2019 (maio/junho/julho/agosto) a taxa de inquéritos policiais com indiciamento (presunção de fato elucidado) é de 70,59% em relação ao quantitativo de inquéritos concluídos no período e de 52,17% em relação a quantidade inquéritos instaurados no período.

AUMENTO do número de inquéritos policiais concluídos: 17 no segundo quadrimestre de 2019, contra 12 no segundo quadrimestre de 2018 (ou seja, + 41,67%).

■ INQUÉRITOS DE SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO (CONSUMADOS + TENTADOS)

Foram instaurados, no segundo quadrimestre de 2019, em todo o estado 97 Inquéritos Policiais para apurar os delitos de sequestro e cárcere privado, ou seja, um número SUPERIOR em 19,75% em relação ao quantitativo de registros de ocorrências, ao passo que no mesmo período do ano de 2018 (segundo quadrimestre) esse percentual foi de (-) 6,86%. Quando comparados os oito primeiros meses do ano, em 2019 a taxa é de 41,25% e em 2018 essa taxa é de 9,95%, portanto, houve uma evolução percentual.

No segundo quadrimestre de 2019 (maio/junho/julho/agosto) foram concluídos 92 inquéritos e 70 procedimentos com indiciamento (presunção de elucidação). No mesmo período de 2018 foram 70 inquéritos concluídos e 50 procedimentos com indiciamento. Considerando o volume de ocorrências, no segundo quadrimestre de 2019 a taxa entre indiciamentos e registros de ocorrência foi de 86,42% e no mesmo período de 2018 essa taxa cai para 49,02%.

No segundo quadrimestre de 2019 (maio/junho/julho/agosto) a taxa de inquéritos policiais com indiciamento (presunção de fato elucidado) é de 76,09% em relação ao quantitativo de inquéritos concluídos no período e de 72,16% em relação a quantidade inquéritos instaurados no período. Já no segundo quadrimestre de 2018 (maio/junho/julho/agosto) a taxa entre indiciamentos e inquéritos instaurados é inferior, a saber, 52,63%.

AUMENTO do número de inquéritos policiais concluídos: 92 no segundo quadrimestre de 2019, contra 70 no segundo quadrimestre de 2018 (ou seja, + 31,43%).

■ INQUÉRITO DE ESTUPRO (CONSUMADOS + TENTADOS)

Foram instaurados, no segundo quadrimestre de 2019, em todo o estado 557 Inquéritos Policiais para apurar os delitos de estupro, ou seja, um número SUPERIOR em 29,53% em relação ao quantitativo de registros de ocorrências, ao passo que no mesmo período do ano de 2018 (segundo quadrimestre) esse percentual foi de (-) 6,06%. Quando comparados os oito primeiros meses do ano, em 2019 a taxa é de 17,87% e em 2018 essa taxa é de (-) 9,95%, portanto, houve uma evolução percentual.

No segundo quadrimestre de 2019 (maio/junho/julho/agosto) foram concluídos 457 inquéritos e 240 procedimentos com indiciamento (presunção de elucidação). No mesmo período de 2018 foram 389 inquéritos concluídos e 227 procedimentos com indiciamento.

No segundo quadrimestre de 2019 (maio/junho/julho/agosto) a taxa de inquéritos policiais com indiciamento (presunção de fato elucidado) é de 52,52% em relação ao quantitativo de inquéritos concluídos no período e de 43,09% em relação a quantidade inquéritos instaurados no período.

AUMENTO do número de inquéritos policiais concluídos: 457 no segundo quadrimestre de 2019, contra 389 no segundo quadrimestre de 2018 (ou seja, + 17,48%).

■ INQUÉRITOS DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL (CONSUMADOS + TENTADOS)

Foram instaurados, no segundo quadrimestre de 2019, em todo o estado 1.555 Inquéritos Policiais para apurar os delitos de estupro de vulnerável, ou seja, um número SUPERIOR em 55,34% em relação ao quantitativo de registros de ocorrências, ao passo que no mesmo período do ano de 2018 (segundo quadrimestre) esse percentual foi de 36,02%. Quando comparados os oito primeiros meses do ano, em 2019 a taxa é de 57,20% e em 2018 essa taxa é de 33,98%, portanto, houve uma evolução percentual.

No segundo quadrimestre de 2019 (maio/junho/julho/agosto) foram concluídos 1.274 inquéritos e 1.091 procedimentos com indiciamento (presunção de elucidação). No mesmo período de 2018 foram 1.008 inquéritos concluídos, dos quais 932 com indiciamento.

No segundo quadrimestre de 2019 (maio/junho/julho/agosto) a taxa de inquéritos policiais com indiciamento (presunção de fato elucidado) é de 85,64% em relação ao quantitativo de inquéritos concluídos no período e de 70,16% em relação a quantidade inquéritos instaurados no período.

AUMENTO do número de inquéritos policiais concluídos: 1.274 no segundo quadrimestre de 2019, contra 1.008 no segundo quadrimestre de 2018 (ou seja, + 26,39%).

■ INQUÉRITOS DE EXTORSÃO (CONSUMADOS + TENTADOS)

Foram instaurados, no segundo quadrimestre de 2019, em todo o estado 171 Inquéritos Policiais para apurar os delitos de extorsão, ou seja, uma taxa de 51,98% em relação ao quantitativo de registros de ocorrências, ao passo que no mesmo período do ano de 2018 (segundo quadrimestre) esse percentual foi de 49,84%. Quando comparados os 8 primeiros meses do ano, em 2019 a taxa é de 51,96% e em 2018 essa taxa é de 51,84%, portanto, houve uma evolução percentual.

No segundo quadrimestre de 2019 (maio/junho/julho/agosto) foram concluídos 128 inquéritos e 88 procedimentos com indiciamento (presunção de elucidação). No mesmo período de 2018 foram 124 inquéritos concluídos e 91 procedimentos com indiciamento.

No segundo quadrimestre de 2019 (maio/junho/julho/agosto) a taxa de inquéritos policiais com indiciamento (presunção de fato elucidado) é de 68,75% em relação ao quantitativo de inquéritos concluídos no período e de 51,46% em relação a quantidade inquéritos instaurados no período.

AUMENTO do número de inquéritos policiais concluídos: 128 no segundo quadrimestre de 2019, contra 124 no segundo quadrimestre de 2018 (ou seja, + 3,23%).

PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS DE FEMINICÍDIOS (CONSUMADOS + TENTADOS)

Foram instaurados 108 procedimentos investigatórios sobre feminicídios (consumados + tentados) no segundo quadrimestre de 2019, sendo 67 para feminicídios tentados e 41 para feminicídios consumados.

FEMINICÍDIOS TENTADOS

69 FEMINICÍDIOS TENTADOS → 58% INQUÉRITOS CONCLUÍDOS COM INDICIAMENTOS → 42% INQUÉRITOS EM ANDAMENTO

FEMINICÍDIOS CONSUMADOS

41 FEMINICÍDIOS CONSUMADOS → 66% INQUÉRITOS CONCLUÍDOS COM INDICIAMENTOS → 44% INQUÉRITOS EM ANDAMENTO



Figura 2 - Dados de Feminicídio

Até o momento, 66% dos investigados de feminicídios consumados já foram indiciados pelo Delegado de Polícia responsável pela investigação, o que representa o total de 27 pessoas indiciadas. Este percentual é superior aos 62% de investigados indiciados no segundo quadrimestre de 2018.

Foram lavrados 12.232 Expedientes Apartados de Medidas Protetivas (EAMP) no segundo quadrimestre de 2019, número que representa um AUMENTO de (+) 5,44%, em comparação ao segundo quadrimestre (maio/junho/julho/agosto) de 2018 e um AUMENTO de (+) 9,69% em relação ao ano de 2018 (oito primeiros meses do ano).

A PCMG possui ainda outros Indicadores de produtividade conforme segue abaixo.

EMISSÃO DE IDENTIDADE

A carteira de identidade é uma das formas de identificação civil que caracteriza o indivíduo por seu caráter único, para que, dessa forma, possa usufruir de seus direitos como cidadão de determinado território nacional. No segundo quadrimestre houve a emissão de 445.493 carteiras de identidade pelo Instituto de Identificação.



CARTEIRA DE IDENTIDADE

116.203

MAIO

91.883

JUNHO

124.934

JULHO

112.473

AGOSTO

445.493

TOTAL

■ EMISSÃO DE CNH E CRLV

No segundo quadrimestre de 2019 o Detran-MG intensificou ações que possibilitaram a desburocratização dos processos, descentralização de atividades e promoção de ações que potencializaram a receita do Estado, garantindo, sobretudo, a excelência na prestação de serviços à população.

No âmbito de procedimentos não investigativos, o quantitativo de CNHs emitidas de maio a agosto foi de 594.155 e de CRLVs emitidos foi de 4.152.975.



■ DESTAQUE NA MÍDIA

A PCMG representa, entre os órgãos de governo, a instituição com mais matérias positivas entre emissoras de TV e rádios de Minas. As ações realizadas pela Assessoria de Comunicação Social estão representadas no monitoramento parcial do mês de agosto/2019, o que resultou em 410 inserções positivas e 39 negativas nas mídias.



Fonte: Subsecretaria de Comunicação Social do Governo de Minas Gerais

► INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A infraestrutura predial da Polícia Civil tem merecido especial atenção da atual administração que, diante do cenário de restrição financeira, vem tentando direcionar recursos orçamentários, bem como captar investimentos de outras fontes, com o objetivo de melhorar suas instalações, notadamente porque a precariedade dos imóveis é um fator que impacta na qualidade do atendimento e dos serviços prestados aos cidadãos.

Cumprе mencionar que, via de regra, os prédios onde estão instaladas as unidades policiais são antigos e quase sempre projetados para abrigar residências ou estabelecimentos comerciais.

Tal questão merece ser mencionada, porquanto a atividade policial possui peculiaridades que, lamentavelmente, as adaptações efetuadas nas edificações são, muitas vezes, insuficientes para o atendimento da demanda.

Não obstante, no segundo quadrimestre, foram inauguradas 4 novas sedes no estado, sendo elas:

- Departamento de Investigação, Orientação e Proteção à Família (DIOPF)
- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em Conselheiro Lafaiete (DEAM)
- Delegacia Regional de Polícia Civil de Montes Claros
- Delegacia de Polícia Civil de Felixlândia

Outras reformas prioritárias têm seguido seu curso dentro do cronograma previsto, conforme a seguir exposto:

Quadro 1 - Status das reformas prioritárias

UNIDADE EM REFORMA	STATUS
Hospital da Polícia Civil/Belo Horizonte	Eletrônico Processo Nº 20/2019 - Emitida a Ordem de Início dia 03/09/2019
Delegacia de Polícia Civil de Aiuruoca	Pregão Eletrônico Processo Nº 50/2019 - Em fase de análise da documentação técnica, para emissão da ordem de início.
Delegacia Regional de Polícia Civil de Unaí	Pregão Eletrônico Processo Nº 22/2019 - Ordem de Início emitida em 27/09/2019.
Posto de Perícia Integrada de Passos	Pregão Eletrônico Processo Nº 36/2019 - Ordem de Início emitida em 17/09/2019.
Delegacia de Polícia Civil de São Romão	Pregão Eletrônico Processo Nº 49/2019 - Em fase de elaboração da Minuta de Contrato
Delegacia Regional de Polícia Civil de Conselheiro Lafaiete	Pregão Eletrônico Processo Nº 38/2019 - Ordem de Início emitida em 03/10/2019.
Delegacia Regional de Polícia Civil de Araguari	A contratação será realizada por meio de COTEP.

UNIDADE EM REFORMA	STATUS
Delegacia Adida ao Juizado Especial Criminal	Pregão Eletrônico Processo de Compra nº 151/2019, em fase de elaboração da Minuta de Contrato.
Centro de Apoio Biopsicossocial	Pregão Eletrônico Nº 168/2019. Em fase de elaboração da Minuta de Contrato.
Instituto Médico Legal (IML)	Reformas elétricas emergenciais em execução pela Empresa VALE.
Delegacia de Polícia Civil de Piranga	Imóvel de propriedade do Estado, aguardando regularização de domínio junto ao Cartório de Registro Imobiliário, em curso na SEPLAG, para posterior início do processo de compra.
Casa da Mulher	Previsão de conclusão até 31/10/2019.
Delegacia de Polícia Civil de Coração de Jesus	Recurso de Emenda Parlamentar. Foi elaborada planilha e documentação técnica para realização da aquisição via COTEP
Delegacia de Polícia Civil de Januária	Recurso de Emenda Parlamentar. Foi elaborada planilha e documentação técnica para realização da aquisição via COTEP
Delegacia de Polícia Civil de Montes Claros	Recurso de Emenda Parlamentar. Foi elaborada planilha e documentação técnica para realização da aquisição via COTEP
Delegacia de Polícia Civil de Taiobeiras	Recurso de Emenda Parlamentar. Foi elaborada planilha e documentação técnica para realização da aquisição via COTEP
Departamento Estadual de Investigação Orientação e Proteção a Família (DEFAM)	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1511189 156/2019 - Documentação do certame aguardando análise e Parecer Jurídico.
Delegacia de Atendimento à Mulher e Delegacia de Plantão da DRPC de Manhuaçu e Gerador de Energia para a DRPC	Processo licitatório nº 109/2018 - aguardando aprovação de cota orçamentária pela SEGOV, na dotação orçamentária nº 1511.04.122.004.2003.0001.3.3.90.39.0.10.4, a fim de viabilizar a ordem de início dos serviços. A aquisição do gerador aguarda autorização orçamentária para início do processo de compra.
Instituto de Criminalística	Pregão Eletrônico Nº 1511189 153/2019 - Edital em elaboração.
Hospital da Polícia Civil	Pregão eletrônico Nº 150/2019 - Documentação do certame em análise pela ASTEC.
Instituto de Identificação	Edital nº 057/2018, Processo Nº 00165638 2301 2018 - Ordem de Início emitida dia 17/09/2019. Vistoria conjunta com DEER, Seção de Engenharia/PCMG e Empresa Contratada, realizada dia 27/09/19, as 09h00minhs, para validação dos serviços a serem executados.

■ ENTREGA DE VIATURAS

A PCMG realizou a entrega de 207 viaturas que foram distribuídas para unidades da Polícia Civil de todo o Estado a fim de fomentar os trabalhos de investigação, essência da instituição. Tal ação contribui para a redução dos índices de criminalidade. Os veículos foram

adquiridos por meio de convênios com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e por meio de emendas parlamentares estaduais.



Figura 3 - Entrega de viaturas na Cidade Administrativa

► CAPACITAÇÃO

A Academia de Polícia Civil (Acadepol) tem por atribuição a capacitação, o treinamento e o desenvolvimento profissional e técnico-científico dos servidores da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG). Seguindo essa premissa, no 2º quadrimestre de 2019 (de maio a agosto), a Acadepol realizou 554 capacitações, por meio de cursos presenciais de qualificação profissional, sendo 87% (482) voltados para a área finalística.

Tabela 1 – Qualificação Profissional

Curso básico de ações policiais DEOESP	22 capacitações
Curso de capacitação para colaboradores da UAI	72 capacitações
Curso de capacitação para identificadores AD HOC	27 capacitações
Curso de operador de aeronave remotamente pilotada	56 capacitações
Curso análise de vínculos financeiros e telefônicos I2	95 capacitações
Curso de aprimoramento e capacitação continuada de operador de pistola e fuzil interior	65 aperfeiçoamentos

Curso de aprimoramento e capacitação continuada de operador de pistola na capital	23 aperfeiçoamentos
Curso de Metodologia da Investigação Criminal com Foco no uso de Ferramentas Adequadas (Desenvolvido em Parceria com a Polícia da FRANÇA)	35 capacitações
TAP - Tomada de Imóvel	78 capacitações
SEMINÁRIO de atualização em Perícia Criminal Oficial 2019	81 aperfeiçoamentos

Preocupada em difundir o conhecimento na Instituição, principalmente para aqueles servidores que estão lotados no interior do Estado, a PCMG tem disponibilizado cursos por meio de plataforma de ensino à distância. Somente no 2º quadrimestre de 2019 (de maio a agosto), foram realizados 7.877 cursos de aperfeiçoamentos e capacitações, conforme demonstra o quadro abaixo.

Tabela 2 – Cursos de educação à distância

Contraineligência na Atividade Policial	1.645 capacitações
Curso de Abordagem Multidisciplinar no Atendimento a Crianças e Adolescentes	1.004 capacitações
Curso de Investigação Policial de Combate ao Narcotráfico	1.649 capacitações
Direitos Humanos e TAP	1.044 capacitações
Investigação de Homicídios	1.450 capacitações
Coleta, armazenamento e envio de material biológico	454 capacitações
Curso de Aperfeiçoamento Policial	353 aperfeiçoamentos
Curso de Preparação Para Chefia Policial	278 capacitações

► PROJETOS DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL

O Governo de Minas Gerais elaborou Carteira de Projetos Estratégicos com o objetivo de desenvolver um portfólio de projetos a ser acompanhado diretamente pelo Governador do Estado, pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Para o tema Segurança Pública, foram

definidos dois macroprojetos estratégicos: Expansão das Vagas dos Sistemas Prisional e Socioeducativo e Modernização dos Órgãos de Segurança Pública.

Para a Polícia Civil de Minas Gerais foram selecionadas três ações (subprojetos) que estão inseridas no escopo do macroprojeto Modernização dos Órgãos de Segurança Pública: Implantação do Plantão Digital na PCMG, Abastecimento do Banco Nacional de Perfis Genéticos de DNA e Modernização da Identificação Humana para Fins Cíveis e Criminais – ABIS.

■ IMPLANTAÇÃO DO PLANTÃO DIGITAL NA PCMG

O projeto tem por objetivo implantar o Plantão Digital na PCMG, utilizando, para isso, sistema de videoconferência que conecte as Delegacias da Polícia Civil de Minas Gerais, existentes nas sedes das 297 comarcas de Minas Gerais, a uma Central de Flagrantes Digital, a ser estabelecida em Belo Horizonte, a fim de que, durante o período noturno, finais de semana e feriados, as ocorrências com conduzidos sejam recebidas por Investigadores de Polícia de plantão nas Delegacias sedes de Comarcas e apresentadas, por videoconferência, ao Delegado de Polícia e Escrivão de Polícia de Plantão, na Central de Flagrantes Digital em Belo Horizonte.

Com a implantação do Plantão Digital, espera-se como resultado para o cidadão, maior eficiência das investigações e a melhoria do atendimento em horário de expediente e nos plantões nas 297 Delegacias de Polícia, sedes de comarca em Minas Gerais. Para a Polícia Civil, espera-se poder manter os Delegados de Polícia, Escrivães de Polícia e Investigadores de Polícia nas Delegacias de Polícia, sem deslocamento para plantões regionalizados, o que gera folgas e outros tantos gastos para a Administração Pública, com incremento da capacidade investigativa da Polícia Civil e maior efetividade nas investigações e operações policiais. Para a Polícia Militar espera-se a redução do deslocamento até os plantões regionalizados, com redução de custos com combustíveis e manutenção de viaturas e maior empenho do tempo em atividades de policiamento ostensivo.

Cabe destacar que a ação foi inserida como prioritária no Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) no que tange ao tema segurança pública, sendo de responsabilidade de Minas Gerais (PCMG) apresentar estudo respectivo. O Cosud é composto por sete estados (Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina) e tem como objetivo integrar esforços em áreas comuns para melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

STATUS

- Projeto de Lei em tramitação na ALMG
- Definida solução tecnológica para implantação do projeto piloto
- Preparação dos procedimentos operacionais padrões a serem implantados no projeto piloto

■ ABASTECIMENTO DO BANCO NACIONAL DE PERFIS GENÉTICOS DE DNA

O projeto visa a aumentar o número de perfis genéticos de condenados cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos a fim de auxiliar na apuração criminal e/ou na instrução processual, aumentando a taxa de resolução de crimes, diminuindo a sua reincidência e evitando a condenação injusta de pessoas. Além disso, deve cumprir com o disposto na Lei nº 12.654/2012 (que possibilitou a identificação criminal, por meio da coleta de material biológico), atingir a meta estratégica de aumento do número de coletas de material biológico e a inserir os dados sobre os criminosos nos bancos de perfis genéticos.

A Polícia Civil pactuou a meta com a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG) de contribuir com a inserção de 2.400 perfis genéticos de condenados no Banco Nacional de Perfis Genéticos para o período de 2018/2019. Até setembro de 2019 foram inseridos 1.977 perfis genéticos de condenados, atingindo um patamar de 82% da meta proposta.

STATUS

- Projeto em andamento desde 2014.
- Até 28/05/2019, foram inseridos 1080 desses 2400 novos perfis genéticos
- 1544 amostras coletadas e aproximadamente 500 foram analisadas e estão em fase de conferência e inserção no BNPG

■ MODERNIZAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO HUMANA PARA FINS CIVIS E CRIMINAIS – ABIS

O projeto visa à implantação do Sistema Automatizado de Identificação Biométrica (ABIS) para identificação em larga escala, usando reconhecimento de impressões digitais, face e íris. O ABIS será configurado para aplicações civis ou criminais, objetivando trazer modernidade para a organização e análise de dados, bem como otimizar os processos de emissão da Carteira de Identidade e a certificação de pessoas.

STATUS

- Termo de Referência aprovado tecnicamente pelas áreas competentes da PCMG
- Audiência de chamamento público para solicitação de orçamento
- Aprovação do Termo de Referência em audiência pública

▶ OUTRAS AÇÕES

■ LEI DO DESMONTE

A Polícia Civil de Minas Gerais iniciou em julho de 2019 o processo de descentralização das atividades relacionadas ao desmonte, fortalecendo o controle do comércio de componentes de veículos e apuração de crimes.

A regulamentação da atividade de desmontagem de veículos automotores e terrestres no Estado de Minas Gerais com descentralização das atividades permitiu o credenciamento, a fiscalização e o processo administrativo por infração à Lei 12.977/14 e assim tais atividades passaram a ser realizadas pelas Delegacias Regionais de Polícia Civil (DRPC), no interior do estado, e, na capital, pela Divisão Especializada em Prevenção e Investigação a Furtos e Roubos de Veículos Automotores (DEPIFRVA).

Como parte do processo, houve a disponibilização para as DRPCs de tutoriais dos procedimentos para análise de documentação e vistoria das empresas que solicitarem credenciamento para atividades de desmontagem, reciclagem e comércio de peças usadas de veículos automotores.

Com a efetivação do sistema de credenciamento de empresas foi possível verificar quais são as empresas disponíveis, em quais municípios estão localizadas e qual ramo de atividade oferecida. Desde a implementação foram credenciadas 67 empresas.

Tabela 3 - Empresas credenciadas no Estado

Quadrimestre	Empresas Credenciadas
Maio	17
Junho	7
Julho	15
Agosto	28
Total	67

Fonte : Coordenação de Administração de Trânsito do Detran-MG
Segundo quadrimestre de 2019
Data: 18/09/2019

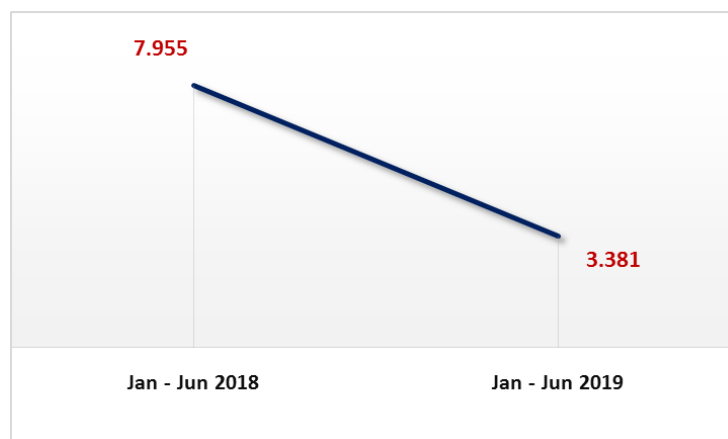
Está em execução junto à Prodemge a 3ª fase do processo de desmonte (processo administrativo, recurso e fiscalização). Prazo 9 (nove) meses para a contratação e a entrega e a elaboração da minuta de regulamentação sobre o descarte ambientalmente correto.

Salienta-se que os resultados já são visíveis na redução do número de roubos e furtos na capital e em todo o estado de Minas Gerais.

Na Capital, onde ocorreram mais ações da Polícia Civil desde a implantação da Lei, os números de furtos e roubos de veículos caíram significativamente. No primeiro semestre de

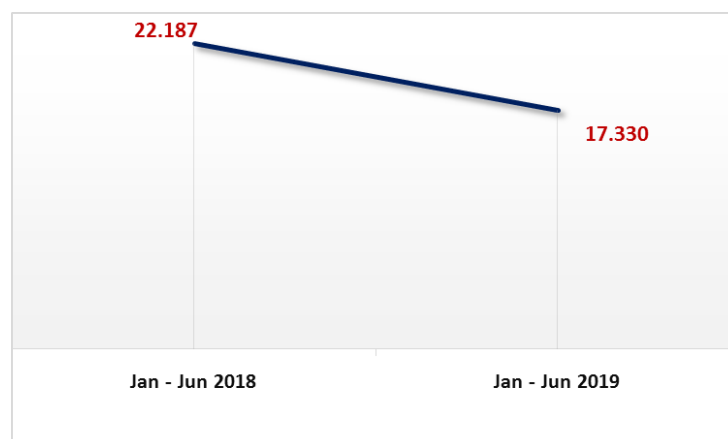
2019, foram roubados ou furtados 3.381 veículos, uma redução de 42,5%, se comparados aos dados do mesmo período de 2018, de acordo com dados da Divisão Especializada em Prevenção de Furtos e Roubos de Veículos Automotores (DEPIFRVA).

Gráfico 2 - Veículos furtados ou roubados na capital



Com a intensificação das ações no interior do Estado, a expectativa da PCMG é obter resultados melhores do que os já observados. De janeiro a junho de 2018, 22.187 veículos foram roubados ou furtados no Estado. No mesmo período de 2019, 17.330 veículos foram alvos de furto ou roubo, de acordo com a Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP).

Gráfico 3 – Veículos furtados ou roubados no Estado



■ PLANTÃO PATRIMONIAL

O projeto apresenta três propostas complementares de monitoramento patrimonial a serem implantadas nas unidades policiais em substituição às equipes que ficam à disposição em horários noturnos, finais de semana e feriados. A proposta prevê a implementação de CFTV (Circuito Fechado de TV), barreiras físicas e vigilância patrimonial.

Com a implantação do projeto, objetiva-se designar os policiais civis que realizam a segurança patrimonial para as funções essencialmente investigativas, otimizando a utilização

dos recursos humanos à disposição da unidade policial e também diminuir os custos despendidos pela PCMG com a segurança das unidades, em especial no que tange à remuneração dos servidores responsáveis pela guarda patrimonial, além de garantir a tomada de decisão estratégica com agilidade e segurança.

A versão piloto propõe a implantação de segurança patrimonial na sede do Departamento Estadual de Investigação de Fraudes (DEF). O valor da implantação, monitoramento e manutenção do CFTV no projeto piloto é de R\$ 30.000,00 por ano e prevê uma economia de 1.404.021,84 no mesmo período, uma vez que na unidade há o gasto anual de 1.553.523,66.

O projeto encontra-se em fase de orçamentação para elaboração do termo de referência e possui previsão de implementação até fevereiro/2020.

■ DELEGACIA RURAL

A Polícia Civil de Minas Gerais possui a Delegacia Especializada em Investigação e Repressão a Crimes Rurais (DEICRA), vinculada ao DEPATRI, com atuação em todo o estado. No 2º quadrimestre a DEICRA, atuou em diversas ocorrências no interior de Minas Gerais, dando resposta à sociedade relativamente aos crimes que ocorrem no campo, como o furto e o roubo de máquinas agrícolas, de equipamentos de alto valor para o produtor rural e o abigeato.

Há ainda duas Delegacias Especializadas em Investigação e Repressão a Crimes Rurais nos municípios de UBERLÂNDIA e SETE LAGOAS.

■ DELEGACIA ESPECIALIZADA DE COMBATE À CORRUPÇÃO (DECCOR)

A Polícia Civil de Minas Gerais publicou a Resolução nº 8.110/2019 que instituiu a Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (DECCOR) no intuito de intensificar a prevenção e o combate sistêmico à corrupção e a improbidade administrativa no estado de Minas Gerais, contribuindo para o restabelecimento da confiança da população mineira nas instituições públicas, bem como zelando pela integridade do erário público e, por conseguinte, garantindo recursos para execução de políticas públicas e viabilizando o exercício de direitos fundamentais.

■ APRIMORAMENTO DO ATENDIMENTO A MULHERES VÍTIMAS

Com o objetivo de qualificar e tornar o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica ainda mais eficiente, a Polícia Civil selecionou 16 servidores com formação nas áreas do conhecimento em Psicologia, Serviço Social e Sociologia para compor equipe de atendimento psicossocial na Delegacia de Plantão Especializada em Atendimento à Mulher na capital.

Os servidores, de diferentes carreiras, como Investigadores, Analistas e Técnicos Assistentes receberam treinamento para conhecer a dinâmica e funcionamento da DEAM e padronizar o atendimento. Após a qualificação, os profissionais foram direcionados para atuar no atendimento e acolhimento das demandas das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, bem como crianças e adolescentes vítimas. Além disso, os novos integrantes da DEAM irão oferecer orientações sobre procedimentos policiais e judiciais relativos à lei Maria da Penha e elaborar relatórios de atendimentos com pedidos de medidas protetivas e de escutas especializadas nos atendimentos às crianças e adolescentes.



Figura 4 - Palestra promovida pela PCMG sobre a Lei "Maria da Penha" em São João Del Rei

■ PORTFÓLIO DE PROJETOS

O Portfólio de Projetos da Polícia Civil de Minas Gerais foi desenvolvido por meio da criação de documento, no qual são organizadas as demandas da Instituição para apresentação a potenciais entidades financiadoras e a parlamentares, com a finalidade de otimizar a captação de recursos externos pela PCMG.

Os programas/projetos constantes no Portfólio visam à modernização da investigação criminal e ao aprimoramento do exercício das funções de Polícia Judiciária no Estado, a implementação de tecnologias, a reestruturação física das unidades prediais da PCMG, a capacitação continuada e obrigatória dos servidores, o aprimoramento da Perícia Oficial e a reestruturação e o fomento das ações correcionais.

Desafios/Oportunidades

(Pauta Temática/ ALMG)



► COMISSÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

■ DETRAN

1. Comissões Examinadoras

A atuação dos membros da Banca Examinadora do Detran é disciplinada pela Portaria 157, de 31 de janeiro de 2018, na qual o artigo 4º do mencionado ato normativo dispõe, em seu caput, que “a Comissão Examinadora funcionará após o horário normal do expediente, em finais de semana, feriados ou declarados como ponto facultativo” e o parágrafo único desse dispositivo dá continuidade ao tema e permite a atuação da Comissão Examinadora durante o expediente, porém, somente em casos excepcionais e desde que haja compensação de horários, para que não haja prejuízos para a atividade fim da PCMG (“excepcionalmente, observado o disposto no §1º do art. 5º da Lei 15.962, de 2005, a Chefia do DETRAN/MG poderá autorizar o funcionamento da Comissão Examinadora no horário do expediente”).

Uma vez designado para atuar na Comissão Examinadora, o policial civil deve apresentar uma declaração de regime de trabalho (se expediente ou plantão), confeccionada e assinada por sua chefia imediata, para que a sua disponibilidade de atuação junto ao DETRAN/MG possa ser monitorada pela Coordenação da comissão.

O sistema “gestão da banca”, criado pela DINFO para auxiliar o DETRAN/MG no controle das escalas e nas emissões das ordens de serviço, utilizado pela Comissão Permanente da Capital e Região Metropolitana há aproximadamente quatro anos e em processo de difusão para o interior, permite que o examinador coloque sua disponibilidade para ser escalado de acordo com seu regime de trabalho. Portanto, em se tratando de policial civil lotado no expediente, ele somente estará disponível para entrar nas ordens de serviço da Comissão Examinadora nos turnos da noite e dos finais de semana. Por outro lado, considerando que ele desempenhe suas funções da PCMG em regime de plantão, sua disponibilidade será para os turnos da manhã e da tarde e para os finais de semana.

Importante destacar que, rotineiramente e dada a possibilidade de remanejamento/transferência dos policiais, são requisitadas as atualizações das declarações de regime de trabalho, para que, inclusive, as novas chefias imediatas possam acompanhar o trabalho dos servidores junto ao DETRAN/MG.

Em algumas localidades do interior, em razão da escassez de servidores da Polícia Civil e da grande demanda de exames, para garantir um retorno satisfatório aos candidatos e impedir o vencimento de suas pautas, os policiais civis têm autorização para atuar junto às Comissões Examinadoras durante o expediente, mas suas chefias imediatas ficam incumbidas de compensarem os horários dedicados aos exames do processo de formação de condutores.

Por fim, visando evitar prejuízos para a atividade finalística da Polícia Civil, caso o policial esteja empenhado em alguma diligência fora do seu horário de trabalho, como em operações e viagens, ele deve informar ao DETRAN/MG acerca da impossibilidade de

cumprir sua escala mediante um pedido de dispensa em razão do serviço. Nessa situação, ele será substituído por outro examinador que esteja disponível para ser escalado.

2. Medidas Inibidoras de Ilícitudes no âmbito do registro de veículos

Decorrente de notícias de irregularidades relacionadas a Despachantes no âmbito do Detran, mencionadas no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza, foram adotadas pelo Detran as seguintes ações inibidoras:

- Instauração de procedimento administrativo para apurar eventuais irregularidades denunciadas pela ALMG, bem como aferir a participação de servidores públicos em desvios de conduta com comercialização irregular de placas e tarjetas e da denominada "taxa de urgência";
- Levantamento dos processos de trabalho e sua padronização mediante a elaboração de minuta de portaria regulamentando os processos referentes ao registro e licenciamento de veículos em Minas Gerais, com vistas a garantir a uniformidade de atuação e padronização, evitando que a ausência de normas consubstancie em criar oportunidades para a prática de desvios de conduta;
- Implantação do novo sistema de vistoria eletrônica, o qual traz, dentre outras medidas, vários mecanismos de segurança como a limitação geográfica dos aparelhos usados na vistoria e exigência de fotografia panorâmica do veículo, garantindo que o veículo vistoriado esteve na repartição de trânsito; a leitura ótica dos caracteres de chassi e motor; o impedimento da emissão do CRV sem a realização de vistoria; novo módulo de controle prévio informatizado das vistorias móveis, inclusão de fotografia do hodômetro do veículo no laudo de vistorias, integração do sistema de vistorias com SDAK e SIFAP; *smartphones* previamente cadastrados e vinculados ao operador e restrição de acesso ao aplicativo de vistorias, dentre outras medidas;
- Estudo e implantação de mecanismo eletrônico que impeça a emissão do CRV sem que a autorização de fabricação de placa seja devidamente consumida no sistema, que já está adequado e entrará em funcionamento tão logo seja implantado o modelo de placas MERCOSUL;
- Até que seja implantado o mecanismo anterior, foi determinado pela DRV/DETRAN o recolhimento, como condição para a selagem da placa, da autorização expedida pelo SIFAP e da Nota Fiscal de aquisição das placas e tarjetas, nos mesmos moldes como ocorre no interior, conforme a Portaria/DETRAN nº 408/2017;
- Estabelecimento de parceria com a Secretaria Municipal de Segurança Pública e a Guarda Municipal de BH no intuito de combater a desordem urbana no entorno da Divisão de Registro de Veículos, notadamente com vistas a aumentar a presença ostensiva do Poder Público coibindo com isso quaisquer práticas ilegais ou irregulares além de organizar melhor o trânsito no entorno da unidade para maior conforto e segurança dos usuários.

■ PESSOAL

1. Unificação das carreiras de Escrivão de Polícia e Investigador de Polícia

O movimento pela unificação de carreiras vem se desenhando no cenário da Polícia Judiciária pelo Brasil, porém ainda não há experiência já testada em qualquer Estado. Em Minas Gerais há estudo feito pelo SINDEP que vem sendo avaliada pela Chefia, porém o tema é sensível, pois, rejeitado pela entidade de classe da carreira de Investigador de Polícia.

Por tal cenário é necessário um aprofundamento nas nuances técnicas da questão e amadurecimento da discussão interna, razão pela qual ainda não há um posicionamento oficial da Instituição.

2. Policiais exercendo guarda patrimonial

Nos termos informados em tópico anterior, a PCMG está em fase de implantação de projeto piloto para teste de soluções de segurança patrimonial diversas do plantão patrimonial para liberação de policiais para atividade fim.

3. Recomposição de Efetivo

Como decorrência da Lei da Responsabilidade Fiscal e do último relatório acerca da superação do limite para gastos com pessoal pelo Estado de Minas Gerais e associado às exceções da mencionada Lei para a área da Segurança Pública, a Polícia Civil está realizando estudos técnicos que embasarão solicitações de abertura de concursos para as carreiras policiais e não policiais.

Conforme números expostos em tópicos próprios neste relatório, a PCMG formou novos policiais no segundo quadrimestre de 2019 e estará formando novas turmas nos próximos meses, feito este possível, considerando a sensibilidade do Governo do Estado frente ao grave déficit de pessoal, pelo qual passa a instituição com cerca de 40% de seus cargos previstos em lei, desocupados.

■ PLANTÃO

1. Concentração dos plantões de Belo Horizonte

A PCMG tem a intenção de buscar a concentração dos plantões de Belo Horizonte em uma única unidade predial com a finalidade de resolver as dificuldades atualmente encontradas nos plantões da Capital.

Estudos técnicos estão sendo realizados quanto a viabilidade, logística e condições do novo formato. Os demais atores envolvidos, mormente a Polícia Militar, embora já tenha ocorrido um início de tratativa informal, serão inseridos no desenvolvimento do projeto, no momento oportuno, de forma institucional.

2. Plantão remoto

Como alternativa para os sobrecarregados plantões regionalizados no interior do Estado a PCMG desenvolve o projeto Plantão Digital (nome provisório) já em estágio amadurecido conforme tratado mais detalhadamente em tópico anterior.

■ EXPANSÃO DE UNIDADES

Delegacias Especializadas em Investigação e Repressão aos Crimes Rurais

Há uma unidade especializada na Capital, denominada Delegacia Especializada em Investigação e Repressão aos Crimes Rurais - DEICRA, no âmbito do Departamento Estadual de Investigação de Crimes contra o Patrimônio – DEPATRI, com atribuição para atuação em todo do Estado de Minas Gerais, cuja atribuição é proceder ao exercício da Polícia Judiciária e a investigação criminal sempre que as infrações penais ocorrerem em área rural e foram praticadas por organizações ou associações criminosas, segundo dispõe o art. 21 da Resolução 8004/2013.

No interior do Estado há em funcionamento unidades ainda não formalizadas, de mesma temática nas Delegacias Regionais de Uberlândia e Sete Lagoas.

Para outras regiões do Estado ainda não há previsão para implementação de Delegacias Especializadas em Investigação e Repressão aos Crimes Rurais, porém a Chefia da Polícia está sensível ao tema e determinou a realização de estudo para avaliação técnica acerca da viabilidade de expansão de unidades.

É certo que, qualquer expansão de unidades perpassa pela melhoria da realidade financeira e contingenciamento do orçamento da PCMG, considerando os custos envolvidos.

■ ESTRUTURA

Obras

Em tópico próprio foram expostos os status das obras da Polícia Civil. É certo que o cenário de crise financeira pelo qual passa o Estado de Minas Gerais e a falta de orçamento para investimentos, é fator dificultador para melhoria da estrutura predial da PCMG.

▶ COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

■ DELEGACIAS ESPECIALIZADAS DE ATENDIMENTO À MULHER – DEAM’S

Recomposição do efetivo em Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAM’s – por policiais do sexo feminino.

Durante o processo de formação técnico-profissional, tanto os Delegados de Polícia quanto as Delegadas de Polícia e demais carreiras policiais recebem a mesma capacitação voltada para o atendimento humanizado à mulher vítima de violência, o que não é óbice para o atendimento especializado em escuta ativa, visando à construção do processo de proteção integral a mulher vítima de violência doméstica.

Assim sendo, todos servidores das diversas carreiras da Polícia Civil estão aptos a fazer atendimento às mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, independentemente de atuarem em especializadas ou não, em virtude da capacitação no atendimento humanizado aos grupos vulneráveis.

É fato que nas Delegacias Especializadas há uma priorização para lotação de profissionais do sexo feminino visando proporcionar um melhor conforto às usuárias, porém, vale a lembrança que não somente as unidades especializadas realizam atendimento à mulheres vítimas.

Em 05/08/2019, foi publicado edital de processo seletivo para atuação na Delegacia de Plantão Especializada em Atendimento à Mulher, Capital, com a finalidade de selecionar servidores para compor equipe de atendimento psicossocial, com formação nas áreas do conhecimento em Psicologia, Serviço Social e Sociologia, bem como experiência em atendimento ao público e acolhimento à Mulher Vítima de Violência.

Dezessete servidores da Polícia Civil foram selecionados, por meio de análise de currículo e entrevistas, sendo designados e, na sequência, passaram por treinamento com equipe da DEFAM, visando dar às vítimas de violência doméstica um atendimento humanizado, no plantão, com acolhimento de escuta ativa e proteção integral, bem como articulação com a Rede de Proteção.

■ IMPLANTAÇÃO DE DELEGACIAS ESPECIALIZADAS DE ATENDIMENTO À MULHER

O normativo que rege a PCMG, prevê nas 67 Delegacias Regionais da Polícia Civil do Estado. É fato que algumas dessas unidades apresentam estrutura e/ou pessoal aquém do ideal, porém tal deficiência não autoriza afirmar que tais delegacias não estejam implantadas. O que ocorre é a existência de realidades diversas entre unidades, principalmente quanto aos contextos: estrutura predial separada, equipe exclusiva, apoio multidisciplinar, equipe feminina e Delegada de Polícia exclusiva. A PCMG é sensível à necessidade de que as DEAM's aprimorem o atendimento à mulher com todas as peculiaridades e vem buscando proporcionar tais melhorias, seja por meio da alocação da unidade em estrutura predial adequada ou mesmo lotação de policiais exclusivos para o atendimento.

Assim, não há previsão para implantação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, mas de estruturação das unidades já existentes, sendo que, no presente momento estão sendo analisadas as designações de policiais atualmente em formação como forma de diminuir as deficiências existentes no âmbito das DEAM's.

Perspectivas



► PERSPECTIVAS

A Polícia Civil do Estado de Minas Gerais possui, como perspectiva maior, poder ser reconhecida, por sociedade e governos, pela excelência na investigação criminal, no exercício das funções de Polícia Judiciária e como órgão essencial à construção das políticas de segurança pública, atuando na repressão qualificada e na mediação de conflitos.

Com a implementação de gestão técnica, da modernização dos equipamentos de investigação criminal e capacitação contínua de seus servidores, a Polícia Civil de Minas Gerais busca a eficiência na investigação criminal e, por conseguinte a promoção da segurança pública e o aumento da sensação de segurança para os cidadãos mineiros.

Dessa feita, a modernização da investigação criminal com a integração das áreas e atividades tático-operativas e de inteligência em ambiente de comando e controle da atuação policial, pilar estratégico institucional, trará, indubitavelmente, a melhoria dos resultados e o incremento necessário à elucidação dos crimes pela PCMG.

Por meio da capacitação contínua e obrigatória e de investimentos em infraestrutura, vislumbra-se o aprimoramento e a ampliação do atendimento e a proteção ao cidadão, com o funcionamento eficiente das Delegacias de Polícia. Ainda se tem como perspectiva institucional o acolhimento adequado de vítimas e testemunhas de forma a preservar os direitos dos cidadãos e evitar a revitimização.

Com novos ingressos de servidores, com a implementação de gestão por competências e por processos, bem como com a distribuição racional do efetivo por todo o estado e ainda, por meio do aprimoramento do ambiente de trabalho dos servidores, a PCMG poderá cumprir com sua missão constitucional, realizando investigação criminal eficiente e atuando de forma eficaz em cada situação que for demandada.

Por meio da reestruturação adequada dos recursos humanos e materiais da PCMG, com a ampliação de sua capacidade gerencial para captar recursos e otimizar seus gastos, bem como para ampliar as parcerias com outras instituições para desenvolvimento de suas atividades, viabilizar-se-ão o enfrentamento aos crimes violentos, à corrupção, à sonegação fiscal, à lavagem de dinheiro e ao tráfico de drogas, especialmente os praticados por organizações criminosas, e a fundamental proteção a pessoas vulneráveis.